Notícias do dia 27 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 3 | Número de veículos: 3

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO
Governo "entra em campo" para aprovar PEC de Gastos Públicos 3

A REDAÇÃO - GO - ÚLTIMAS NOTÍCIAS
TCE - GO
PEC do RRF garante reajustes do funcionalismo e concursos públicos em Goiás 4

SAGRES 730 ONLINE - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Adesão ao RRF é o único caminho para Goiás recuperar as finanças, afirma presidente da Alego
. 5

Governo "entra em campo" para aprovar PEC de Gastos Públicos

Helton Ienine

O governador Ronaldo Caiado (DEM) enviou Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de Limite de Gastos à Assembléia Legislativa, necessária para que **Goiás** entre no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), com limite dos gastos do Estado até dezembro de 2031.

O projeto institui um novo regime fiscal, que passa a valer a partir de janeiro do ano que vem e impede o Estado de conceder, por exemplo, aumentos e benefícios aos servidores acima da inflação enquanto durar o regime.

As medidas congelam por uma década as despesas primárias do Estado, permitindo apenas acréscimos dentro da variação do IPCA, e afetam os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além dos Tribunais de Contas, Ministério Público, Defensoria Pública, além das respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e as empresas estatais dependentes. Ficará a cargo do **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**) verificar se os limites estão sendo cumpridos.

Ficam de fora dessa limitação: despesas como saúde e educação, e com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep); com o pagamento de precatórios, e de empresas estatais dependentes incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), cuja receita tenha como fonte emendas parlamentares federais, ou que sejam custeadas com doações e transferências voluntárias; além das transferências constitucionais para municípios.

Não fica impedida, porém, a realização de concursos públicos ou a concessão de aumentos e promoções, dentro do teto de gastos. Tanto que a PEC determina que a LOA de cada ano deve prever, em anexo próprio, "por carreiras e órgãos, a autorização específica e o respectivo impacto fiscal da realização, no exercício seguinte, de concursos públicos destinados à reposição de vacâncias e das concessões de evoluções dos servidores na carreira, bem como de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração de estrutura de carreiras e admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título"

Até a entrada no RRF, permanece a autorização para evolução de carreira de servidores públicos apenas uma vez por ano, limitado aos integrantes da Segurança Pública e Administração Penitenciária, da Saúde e da Educação.

Apoio no Legislativo

Com colaboração do presidente da Assembléia Legislativa, Lissauer Vieira (PSB) e do líder do Governo Bruno Peixoto (MDB), o governador Ronaldo Caiado iniciou conversações com os parlamentares para assegurar a aprovação da PEC dos Gastos. O governo precisa no mínimo de 25 dos 41 votos para aprovar, em plenário, a matéria no Legislativo.

Na semana passada, o governo conseguiu aprovar o projeto que cortou o pagamento automático de complementação de carga horária para professores da rede pública estadual por uma diferença de apenas dois votos, e depois de duas votações, visto que deputados afirmaram que a primeira não registrou todos os votos.

É nesse cenário que a base governista se movimenta em busca de apoio e tem na mira deputados como Francisco Oliveira, Helio de Sousa e Talles Barreto, todos do PSDB, além de Henrique Arantes (MDB) e Virmondes Cruvinel (Cidadania).

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210527

PEC do RRF garante reajustes do funcionalismo e concursos públicos em Goiás

Théo Mariano

Goiânia - A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos permitirá reajustes do funcionalismo e garantirá a realização de concursos públicos para reposição de vacâncias do serviço público em Goiás. Com este texto, a PEC chegou nesta terça-feira (25/5) à **Assembleia Legislativa de Goiás**. De autoria do governo estadual, o projeto em questão precisa ser aprovado pelos deputados para viabilizar a adesão do Estado ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF).

Em entrevista exclusiva ao jornal A Redação , a secretária de Economia do Estado, Cristiane Schmidt, avalia que, com a adesão ao RRF, Goiás terá "uma situação mais perene" para realizar seu planejamento econômico. "O resultado de más gestões anteriores foi o não pagamento de servidores, o que nos deixou endividados. Com a suspensão das dívidas, vamos poder reestruturar as contas", afirmou a titular do primeiro escalão de Ronaldo Caiado.

A PEC do Teto de Gastos delimita o Novo Regime Fiscal (NRF) a partir do exercício de 2022 até o último dia de exercício de 2031, em 31 de dezembro. A proposta abrange os Três Poderes estaduais, além dos Tribunais de Contas, o Ministério Público, a Defensoria Pública, órgãos da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

Segundo o documento enviado à Assembleia Legislativa, ficará sob responsabilidade do **Tribunal de Contas do Estado** a confirmação do cumprimento do limite de gastos em cada exercício.

No entanto, em relação ao regime atual, válido para 2021, o Estado de Goiás deverá adotar as medidas relativas ao limite de despesas estabelecido por outra lei. Como explica Schmidt, o teto deste ano tem a ver com uma negociação feita em 2017. "O governo anterior furou o limite em 2018, e a consequência foi uma multa de R$ 1,1 bilhão para Goiás. Essa multa, no entanto, foi abolida, mas as unidades federativas multadas ficaram obrigadas a cumprir um teto estipulado entre 2021 e 2023."

Concursos e progressão do funcionalismo

Conforme consta na PEC apresentada, a princípio, para a realização de concursos públicos destinados à reposição de vacâncias, progressão de carreiras no funcionalismo ou qualquer outro aumento na remuneração, a criação de cargos, empregos ou funções e outras disposições, será necessário incluir um anexo na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com a previsão da autorização específica e respectivo impacto fiscal de cada uma dessas ações.

Durante a vigência do Novo Regime Fiscal, o Estado ficará impedido de exceder a despesa equivalente à do ano anterior, acrescida da variação da inflação oficial, calculada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Ainda assim, não serão incluídas no cálculo e no limite de gastos imposto pelo NRF, entre outras despesas, os gastos com o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), despesas intraorçamentárias e despesas com pagamento de precatórios.

A proposta define também que haverá evolução dos servidores na carreira apenas uma vez ao ano, limitadas aos servidores da Segurança Pública, Administração Penitenciária, Saúde e Educação.

Site: https://www.aredacao.com.br/noticias/151461/pec-do-rrf-garante-reajustes-do-funcionalismo-e-concursos-publicos-em-goias

Adesão ao RRF é o único caminho para Goiás recuperar as finanças, afirma presidente da Alego

Da Redação

Em entrevista à Sagres, o deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (**Alego**), Lissauer Vieira (PSB), afirmou que os poderes começaram a se reunir para discutir projetos que viabilizam a entrada de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) . Segundo o presidente, essa é a única maneira do Estado se recuperar financeiramente.

"O Estado vive sob liminares do Supremo Tribunal Federal (STF) há mais de um ano e meio. E o ministro Gilmar Mendes deixou claro que a última é essa que vence em 30 de junho. Se não tiver a renegociação das dívidas, no dia 1º de julho, Goiás amanhece com mais de R$ 4 bilhões de débitos. Uma questão impagável, de vida ou morte para o Estado", declarou Lissauer.

Ouça a entrevista completa:

Questionado a respeito de outras alternativas, Lissauer reconheceu que inicialmente se perguntou se a adesão do Estado ao RRF era mesmo a única opção, mas que passados dois anos, entendeu que só há, de fato, esse caminho. "Infelizmente o governador pegou um estado numa situação caótica. No que tange à situação fiscal, Goiás está entre os quatro piores estados do país. Se não fosse essa suspensão das dívidas, o governo não conseguiria pagar a folha de pagamento".

Leia também: PEC proposta por Caiado prorroga teto de gastos em Goiás por mais cinco anos

Na reunião realizada nesta quarta-feira (26), participaram representantes do Tribunal de Justiça, **Alego** e órgãos autônomos como o Ministério Público, **Tribunal de Contas do Estado** e dos Municípios e, também, a Defensoria Pública. "Necessária para esclarecer alguns pontos, coisas simples, onde os poderes precisavam saber, primeiramente, com relação à lei autorizativa ao RRF, haja vista que nós aprovamos no ano passado uma lei, mas ela foi conforme a Lei Complementar 159 do Governo Federal. Como no final de 2020 houve uma alteração e uma flexibilização na Lei Complementar 159, modificada pela Lei 178, o Estado precisou adaptar essa lei autorizativa".

O presidente da **Alego** ressaltou que o Estado deu, até o momento, todos os passos necessários e que, agora, falta apenas um. "Precisamos conversar com os deputados para eles entenderem a necessidade que o Estado tem".

Preocupação com projetos

A entrada de Goiás no RRF gera preocupação, para dizer o mínimo, entre lideranças da base política do governador Ronaldo Caiado (DEM) . Os aliados têm reforçado junto ao governo, desde o ano passado, a necessidade de investimentos e entregas de obras e serviços nas bases eleitorais, com vistas à eleição do próximo ano e, agora, temem que os benefícios possam não sair do papel.

Lissauer afirmou, porém, que conversou com a secretária de Economia, Cristiane Schimidt, sobre esse assunto e que a adesão não deve atrapalhar o Estado em nada . "Não interfere em convênios feitos pelo Estado com prefeituras, transferir recursos através de emendas parlamentares e ajudar em programas estruturantes no Estado, como programas habitacionais ou de transferência de renda".

Site: https://sagresonline.com.br/adesao-ao-rrf-e-o-unico-caminho-para-goias-recuperar-as-financas-afirma-presidente-da-alego/